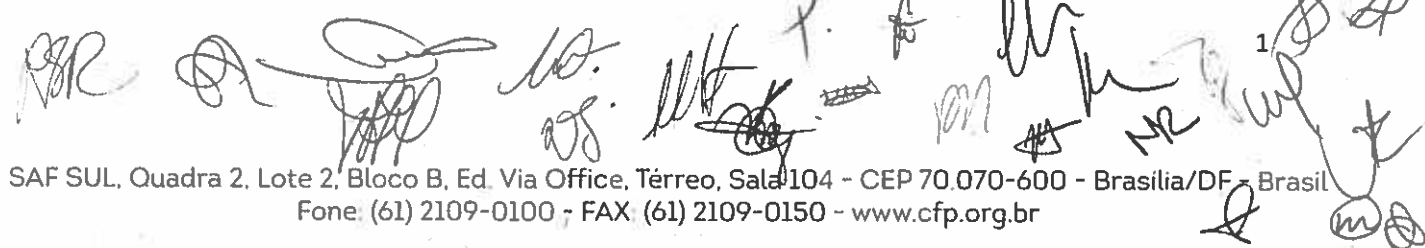
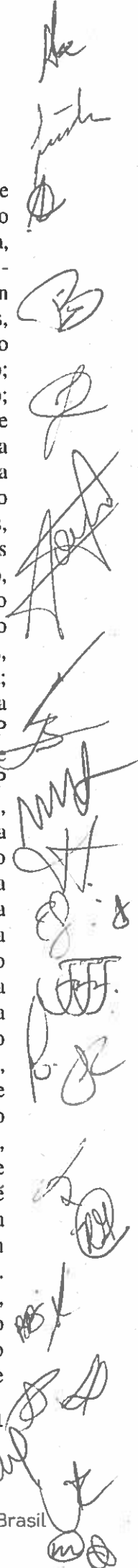
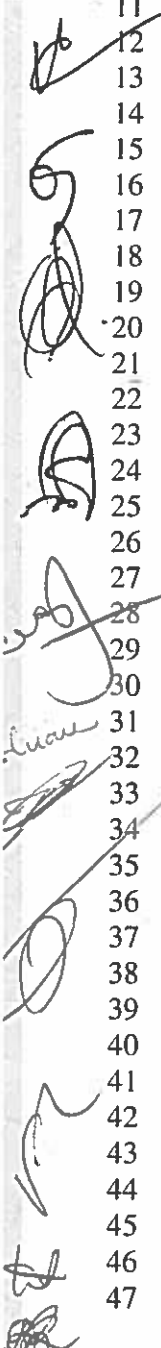
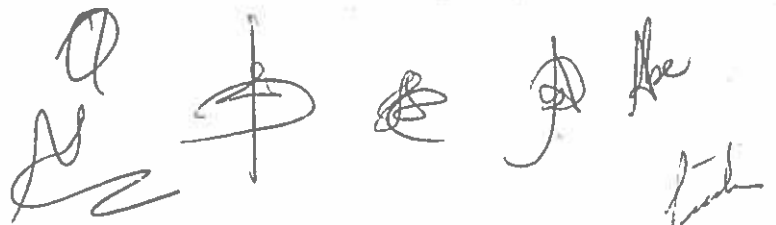


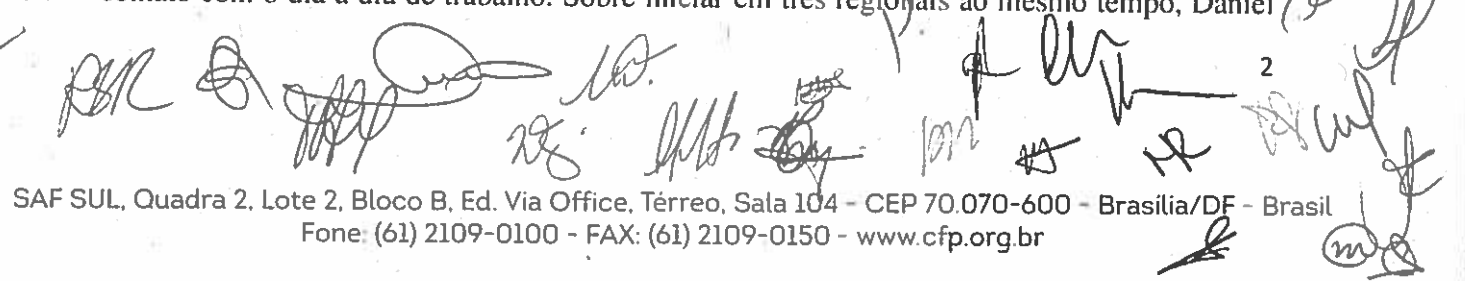
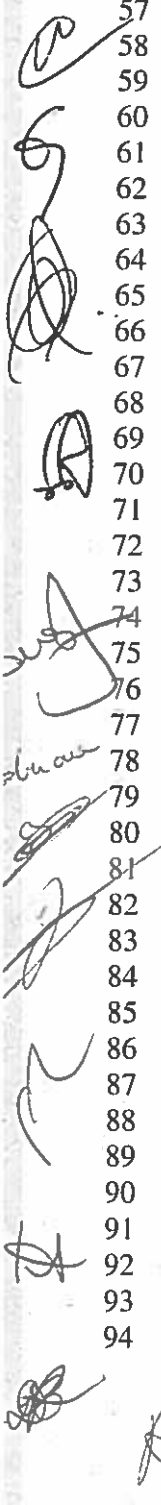
1 Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e trinta e sete  
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de Administração  
3 Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e quatro, Brasília,  
4 Distrito Federal, iniciou-se a Assembleia das Políticas, da Administração e das Finanças -  
5 APAF. Conduziram a mesa os delegados Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP), Gibson  
6 Alves dos Santos (CRP 20) e Fabrício Antônio Raupp (CRP 12). Iniciaram-se os trabalhos,  
7 alcançado o quórum mínimo. **11. Sistema eletrônico de informações - SEI!** Os CRPs e o  
8 CFP foram representados pelos seguintes delegados nesse ponto: CRP 01: Leovane Gregório;  
9 CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, Patrícia de Oliveira Guimarães, Laís de Souza Monteiro;  
10 CRP 03: Iara Maria Alves da Cruz Martins, Carolina da Purificação Fonseca, Renan Vieira de  
11 Santana Rocha; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Mariana Lucia Ferreira Tavares, Reinaldo da  
12 Silva Júnior; CRP 05: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Rosilene Souza  
13 Gomes; CRP 06: Luciana Stoppa dos Santos, Guilherme Rodrigues Raggi Pereira, Rodrigo  
14 Toledo; CRP 07: Mariane Teixeira Netto Rodrigues, Andrielli Flores Fernandes Bastos,  
15 Manuele Montanari Araldi; CRP 08: Carolina de Souza Walger de Almeida, Rosângela Lopes  
16 de Camargo Cardoso, Iara Lais Raittz Baratieri Omar; CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo,  
17 Handersenn Shouzo Abe; CRP 10: Giane Silva Santos Souza, Luiz Romano da Motta Araújo  
18 Neto; CRP 11: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12: Fabrício Antonio  
19 Raupp, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues; CRP 13: Iany Cavalcanti da Silva Barros,  
20 Francisca Soraia Patriota Soares; CRP 14: Irma Macario, Glace do Carmo Freitas Siqueira;  
21 CRP 15: Laeuza Lúcia da Silva Farias; CRP 16: Sabrina Ribeiro Cordeiro; CRP 17: Daniela  
22 Bezerra Rodrigues; CRP 18: Morgana Moreira Moura, Sheila Carla de Queiroz Gomes; CRP  
23 19: Frederico Alves de Almeida; CRP 20: Gibson Alves Dos Santos, Magaly Silva de  
24 Oliveira; CRP 21: José Augusto Santos Ribeiro; CRP 22: Cristianne Almeida Carvalho; CRP  
25 23: Pedro Paulo Valadão Coelho; CFP: Rogério Giannini, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,  
26 Marisa Helena Alves. É exibida a apresentação do ponto. Pedro Paulo informa que o Sistema  
27 Eletrônico de Informações já foi implantado no CFP, e ele é parte da adesão ao Processo  
28 Eletrônico Nacional (PEN). Existe uma determinação legal para que a administração pública  
29 se adeque ao PEN 8.539/2015, que dispõe sobre o uso do meio eletrônico para  
30 disponibilização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da  
31 administração pública federal direta, autárquica e fundacional. O prazo final dado pelo  
32 decreto foi outubro de 2017. O SEI! foi desenvolvido pelo TRF4, e é disponibilizado de forma  
33 gratuita. A primeira grande mudança é a eliminação do papel, mas o essencial é a mudança  
34 nos fluxos administrativos. Entre vantagens do SEI! se elencam, a portabilidade, o acesso  
35 remoto, a possibilidade de acesso de usuários externos, controle do nível de acesso,  
36 tramitação em múltiplas unidades, controle de prazos, e o fato de ser um sistema intuitivo e  
37 com boa navegabilidade. Hoje trezentos e sessenta e uma instituições da administração  
38 pública já aderiram ao SEI!. Também já é uma realidade em vários Conselhos Profissionais,  
39 como o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), no CFA (Conselho Federal de  
40 Administração) e no COFEN (Conselho Federal de Enfermagem). A capacitação técnica é  
41 feita pela ENAP (Escola Nacional de Administração Pública), em um curso gratuito a  
42 distância. A linha do tempo de implementação do SEI! no CFP deu-se da seguinte forma: em  
43 janeiro de 2017 o SEI! foi apresentado à nova gestão do CFP na primeira reunião de diretoria.  
44 Em abril há a assinatura de cooperação entre o CFP e o MPOG (Ministério do Planejamento,  
45 Orçamento e Gestão). Em maio foi apresentado o SEI! na reunião de presidentes, no momento  
46 em que o SEI! começava a ser implantado no CFP. De maio a junho foi realizado o curso  
47 SEI!, oferecido pela ENAP, no CFP. Em julho o SEI! foi apresentado no encontro nacional de

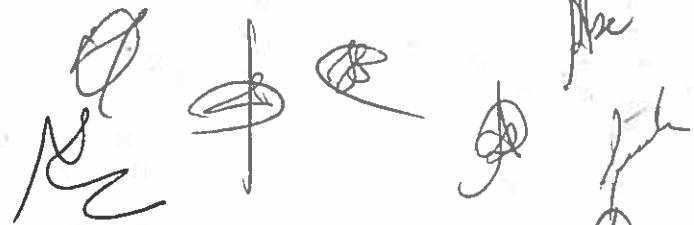


SAF SUL, Quadra 2, Lote 2, Bloco B, Ed. Via Office, Térreo, Sala 104 - CEP 70.070-600 - Brasília/DF - Brasil  
Fone: (61) 2109-0100 - FAX: (61) 2109-0150 - www.cfp.org.br

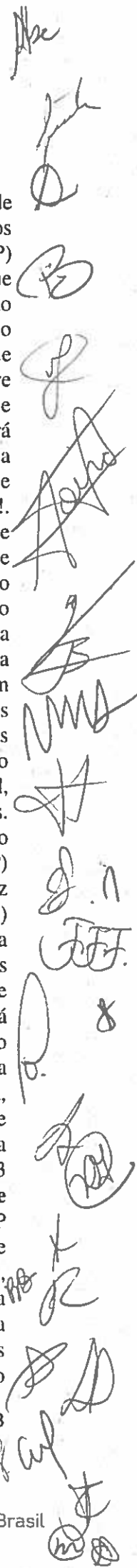
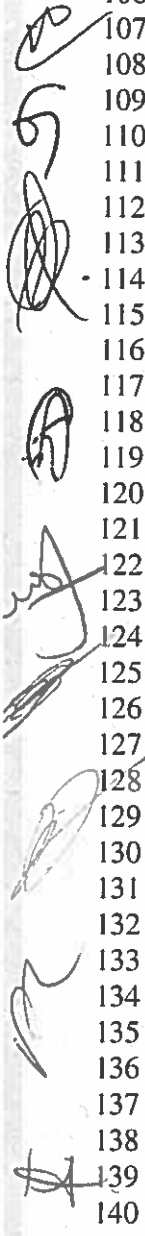


48 COE (Comissão de Orientação e Ética) e de COF (Comissão de Orientação e Fiscalização),  
49 em agosto no encontro de Tecnologia da Informação (TI), e finalmente em setembro o  
50 Conselho Federal de Psicologia passou a operar integralmente no SEI!. O delegado do CFP  
51 Pedro Paulo coloca que é importante conhecer e mapear os processos de trabalho para  
52 implantar o sistema. Agentes de mudança facilitam a implementação nos setores. Alguns  
53 Regionais já manifestaram interesse no SEI!, ou pediram maiores informações. Nesse  
54 momento está em análise o processo de implantação piloto do SEI! em um Regional de junho  
55 a setembro de 2018. A partir desse piloto a ideia é construir uma metodologia de trabalho  
56 para, em um Encontro Nacional de implantação do SEI!, em agosto ou setembro de 2018,  
57 disparar a implantação em todos os Regionais. A expectativa é que na APAF de dezembro já  
58 se faça uma avaliação da implantação do SEI! nos Regionais. Pedro Paulo então sintetiza,  
59 colocando que, entre os objetivos desse ponto, estão: aprovar a adoção do SEI! como sistema  
60 eletrônico de gestão documental oficial do Sistema Conselhos de Psicologia; aprovar a  
61 implantação progressiva do SEI! em todos os Regionais, iniciando com uma implantação  
62 piloto, envolvendo um CRP. A indicação do Federal é de que o piloto do primeiro Regional,  
63 por critério de proximidade, seja o CRP 01; e aprovar a contratação de um ambiente em  
64 nuvem para a implantação do SEI! para todo o Sistema, com a proposta de ser pago pela conta  
65 divulgação, estimado em R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) mensais. Mariane (CRP07) afirma  
66 que o grupo de TI, do qual ela fez parte, indicou um CR que tivesse uma subsele, que não  
67 fosse pequeno, que tivesse acesso geográfico, que o CR tivesse algum profissional de TI e que  
68 use o SISCAF (Sistema de Controle de Cadastro e Financeiro) e o SISDOC (Sistema de  
69 Controle de Documentos e Protocolos), e por isso sugere o CRP 05. Informa que o ponto do  
70 ambiente de nuvem já foi aprovado na discussão da CIP. Renan (CRP03) pergunta se essa  
71 mesma estrutura pode servir para o trabalho de informatização das COEs e COFs. Laeuzza  
72 (CRP15) questiona se há possibilidade de fazer o piloto em três CRs, um de pequeno, um de  
73 médio e um de grande porte. E solicita orientação sobre compra de equipamentos para  
74 estruturar os Regionais para receber esse sistema. Rodrigo Toledo (CRP06) pergunta se o  
75 SEI! dialoga com todos os sistemas de controle financeiros e contábeis, a questão das vistas  
76 dos processos éticos, e se o mapeamento do fluxo é um processo interno ou se foi feito por  
77 uma consultoria externa. Rodrigo Acioli (CRP05) abre mão da indicação do piloto começar  
78 no CRP05, pois há questões que precisam ser trabalhadas internamente. Iara (CRP03) quer  
79 saber se o sistema é seguro, especialmente com relação ao sigilo. Daniela (CRP17) quer saber  
80 como um CR que não seja o piloto pode se preparar, no sentido do mapeamento dos fluxos.  
81 Carolina (CRP03) se diz intrigada com a questão de um sistema digital e integrado precisar do  
82 critério proximidade para o projeto piloto, e faz coro com a sugestão de mais de um CR  
83 participar do piloto. Pedro Paulo (CFP) pontua que no ponto da CIP foi aprovada a compra de  
84 nuvem para o sistema cadastral e financeiro. Daniel Arruda (Gerência de Relações  
85 Institucionais/GRI-CFP) se junta à mesa para responder parte das perguntas. Sobre a  
86 informatização do trabalho das COEs e COFs, a intenção é que o SEI! auxilie a gestão de  
87 todos os trabalhos, resguardados os limites de ser um sistema de gestão documental. Sobre o  
88 acesso das partes, há duas funcionalidades: uma delas é a disponibilização de acesso a  
89 usuários externos de parte ou de todo o processo, durante tempo definido pelo gestor do  
90 processo. Outra forma possível é a extração e o envio de arquivos em pdf (*portable document  
91 format*) para as partes. O mapeamento dos processos, na experiência do CFP, foi feito  
92 internamente, sem consultoria externa, a partir de ajustes e conversa entre os setores. Sobre a  
93 necessidade de proximidade geográfica, programar para que o SEI! funcione bem requer o  
94 contato com o dia a dia de trabalho. Sobre iniciar em três regionais ao mesmo tempo, Daniel





95 explica que a ideia é todos os Regionais avançarem juntos, mas que a proposta de escolha de  
96 um único piloto se trata de uma cautela, pois o CFP não tem condições de estar em diversos  
97 Regionais ao mesmo tempo. Leomar Santana (Setor de Tecnologia da Informação/STI-CFP)  
98 acrescenta que a infraestrutura requer um bom link de acesso à internet, pois a tendência é que  
99 a computação vá para "as nuvens". Sobre o diálogo com outros sistemas, o SEI! é muito  
100 aberto. A dificuldade atual é a integração com o sistema da Implanta, por características do  
101 sistema da Implanta. Sobre a segurança do SEI!, o sistema foi desenvolvido pelo TRF4, e que  
102 desde o início houve preocupação com a segurança, inclusive com firewalls e backups. Sobre  
103 o SISDOC será necessário trabalhar a integração do SEI! com esse sistema. Explica ainda que  
104 a ideia do projeto piloto traduz a limitação da equipe técnica do próprio CFP, que deverá  
105 aprender o processo de implantação em um Regional. Pedro Paulo (CFP) reitera que a  
106 experiência do SEI! é um processo mais de mudança de gestão do que de mudança de  
107 tecnologia. Dalcira (CRP04) pergunta se o SISDOC é necessário para implantar o SEI!.  
108 Carolina (CRP08) argumenta que a preocupação é que o SEI! converse com outros sistemas, e  
109 cada CR tem sistemas ou módulos de sistema diferentes. Faz uma proposta de  
110 encaminhamento que os CRs que tem interesse se candidatem e considerem a proposta do  
111 CFP de indicar o CRP 01. Leovane (CRP01) coloca o CRP 01 à disposição para começar o  
112 processo, sem o interesse de disputar por essa preferência. Reinaldo (CRP04) manifesta a  
113 preocupação de que um documento em pdf seja convertido e alterado. Luciana (CRP06) fala  
114 da mudança na cultura organizacional, e pede que até setembro os parâmetros técnicos sejam  
115 compartilhados à medida que o piloto avance. Jaira (CRP12) fala sobre a padronização dos  
116 documentos enquanto Sistema e coloca que o CRP 12 já tem um mapeamento de processos  
117 em andamento e coloca esse material à disposição. Cristiane (CRP22) questiona a escolha do  
118 CR piloto, e fala que o contexto de sedes no Norte é muito diferente de sedes no Sul,  
119 ou no Sudeste. E propõe dois pilotos tendo em vista a realidade de macrorregiões no país.  
120 Diva (CRP05) procura explicar que a proposta apresentada ao plenário partiu dos técnicos do  
121 CFP, e que a sugestão de ser um CRP próximo é uma necessidade técnica. Leomar (STI-CFP)  
122 explica que o SISDOC não é obrigatório. Sobre a segurança dos ofícios, afirma que uma vez  
123 que o documento está assinado, ele não pode ser mais alterado. Daniel (GRI-CFP)  
124 complementa que o que confere a validade do documento é a assinatura eletrônica. E reafirma  
125 a importância do fator geográfico para a implantação do piloto tendo em vista que os  
126 trabalhos no CFP não podem ser prejudicados e a proximidade com o Regional é importante  
127 para a condução do piloto. Aprendendo uma experiência no Regional piloto, isso será  
128 desdobrado para os outros regionais. Pedro Paulo (CFP) encaminha para votação a adoção do  
129 SEI! no Sistema Conselhos de Psicologia e aquisição de um sistema de nuvem pago pela  
130 conta divulgação. Ambos encaminhamentos foram aprovados por unanimidade. Em seguida,  
131 chama nova votação referente qual o Regional será a sede do piloto, com três propostas de  
132 CRPs - CRP 01, CRP 08 e CRP 10. Em regime de votação, foi escolhido o CRP 01 para  
133 sediar o plano piloto de implantação do SEI! com 34 votos, contra 10 votos para o CRP 08, 03  
134 para o CRP 10 e 2 abstenções. **7. Critérios para a composição de GTs e metodologia de  
135 trabalho.** Os CRPs e o CFP foram representados pelos seguintes delegados nesse ponto: CRP  
136 01: Andreza Sorrentino, Leovane Gregório; CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, Patrícia de  
137 Oliveira Guimarães, Laís de Souza Monteiro; CRP 03: Iara Maria Alves da Cruz Martins,  
138 Carolina da Purificação Fonseca, Renan Vieira de Santana Rocha; CRP 04: Dalcira Pereira  
139 Ferrão, Mariana Lucia Ferreira Tavares, Reinaldo da Silva Júnior; CRP-05: Diva Lúcia  
140 Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Rosilene Souza Gomes; CRP 06: Luciana Stoppa dos  
141 Santos, Beatriz Borges Brambilla, Rodrigo Toledo; CRP 07: Marjane Teixeira Netto



142 Rodrigues, Andrielli Flores Fernandes Bastos, Fernanda Facchin Fioravanzo; CRP 08:  
143 Rosângela Lopes de Camargo Cardoso, Iara Lais Raittz Baratieri Omar, Semiramis Maria  
144 Amorim Vedovatto; CRP 09: Ionara Vieira Moura Rabelo, Handersenn Shouzo Abe; CRP 10:  
145 Giane Silva Santos Souza, Luiz Romano da Motta Araújo Neto; CRP 11: Diego Mendonça  
146 Viana, João Paulo Lopes Coelho; CRP 12: Fabricio Antonio Raupp, Jaira Terezinha da Silva  
147 Rodrigues, Marcos Henrique Antunes; CRP 13: Iany Cavalcanti da Silva Barros, Francisca  
148 Soraia Patriota Soares; CRP 14: Irma Macario, Glace do Carmo Freitas Siqueira; CRP 15:  
149 Laeuzza Lúcia da Silva Farias; CRP 16: Tammy Andrade Motta, Sabrina Ribeiro Cordeiro;  
150 CRP 17: Daniela Bezerra Rodrigues; CRP 18: Karina Franco Moshage, Morgana Moreira  
151 Moura; CRP 19: Vanessa Ramalho Ferreira Strauch; CRP 20: Gibson Alves dos Santos,  
152 Adriane Andrade Costa; CRP 21: José Augusto Santos Ribeiro; CRP 22: Cristianne Almeida  
153 Carvalho; CRP 23: Pedro Paulo Valadão Coelho; CFP: Rogério Giannini, Pedro Paulo  
154 Gastalho de Bicalho, Marisa Helena Alves. Marisa Helena apresenta o ponto que foi sugerido  
155 pela APAF de dezembro de 2017. Não há atualmente critérios definidos para a criação de  
156 GTs. São exibidas as porcentagens de participação em cada GT em atividade, evidenciando  
157 dificuldade de participação dos CRs que compõem os GTs em todas as reuniões. Em seguida,  
158 enumera as sugestões de critérios para composição dos GTs: máximo de seis membros, um  
159 por região mais o CFP, sobre a representatividade, o critério de número de psicólogos  
160 inscritos favorece o Sudeste, e o critério de número de regionais favorece o Nordeste, de  
161 modo que o critério de um regional por macrorregião parece ser o critério mais adequado. Os  
162 GTs também devem ser pontuais, executar o que foi decidido na APAF e restringir-se a isso.  
163 O GT não é deliberativo. GTs sem resultado devem ser revistos na APAF seguinte sempre.  
164 Preferencialmente observar uma alternância para que um mesmo Regional não componha  
165 diversos GTs. Membros com dificuldade de participação devem ser trocados por outra pessoa,  
166 ou outro CR da mesma macrorregião. GTs com temas muito abrangentes devem delimitar seu  
167 escopo. GTs devem ser compostos apenas por conselheiros, e não por técnicos. GTs não  
168 devem enviar delegações e representações para reuniões externas, o que é função do CFP e  
169 CRPs. Renan (CRP03) fala sobre a dificuldade de monitorar o quanto os GTs executam as  
170 propostas do CNP. Rodrigo (CRP05) pergunta se um GT for encerrado, e depois houver  
171 continuidade, se será necessária a rotatividade do Regional. Ionara (CRP09) solicita um  
172 critério de expertise, para Regionais que já têm uma comissão atuando na área. Pede também  
173 que se considerem exceções para participação de técnicos das áreas de tecnologia e jurídica.  
174 Cristiane (CRP22) coloca que não houve correlação entre número de membros e participação  
175 no GT. Questiona o fato de norte e nordeste terem muito mais Estados do que sul e sudeste,  
176 mas considera que não deveria haver limite máximo de Regionais. Laeuzza (CRP15) pontua  
177 que a duração dos GTs deve ter uma temporalidade definida, e pede um número máximo de  
178 GTs que o CR pode participar, bem como um número máximo de GTs por APAF. Marisa  
179 (CFP) reforça que a ideia é que o CR que se inscreveu para um GT faça a interlocução com os  
180 demais CRs daquela região. Estão previstas também as trocas de Regional quando o GT  
181 precisar ser continuado. O tempo de duração do GT é entre uma APAF e outra. Os técnicos e  
182 assessores podem participar como convidados, mas não como membros. Pedro Paulo (CFP)  
183 aponta que a proposta de ser um CR por macrorregião equilibra o fato de algumas regiões  
184 terem mais CRs, mas por outro lado algumas regiões terem mais psicólogos. Beatriz (CRP06)  
185 propõe rever a permanência dos GTs que não estão em atividade e acha justo o critério de um  
186 CR por região. Dalcira (CRP04) corrobora a necessidade de rotatividade e de haver um CR  
187 por região, e pede um espaço garantido e prioritário na APAF para apresentar a produção dos  
188 GTs. Pedro (CRP23) sugere um mecanismo consultivo de acompanhamento e visibilidade dos

189 GTs. Shouzo (CRP09) sugere que o Regional possa indicar um psicólogo ou servidor para  
190 representá-lo, pois muitas vezes aquela pessoa tem mais domínio do assunto que o  
191 Conselheiro, o que poderia agilizar as discussões. Jaira (CRP12) sustenta que o GT e a APAF  
192 são espaços de deliberação política, e que não se deveria desviar disso, também percebem que  
193 certos GTs criam tarefas, que nem mesmo são designadas pela APAF, para continuar  
194 existindo. Rodrigo Acioli (CRP05) coloca as situações em que não há tempo na APAF para o  
195 GT ser discutido, e solicita o ponto de pauta garantido para o GT. Adriane (CRP20) faz coro  
196 pelo critério de um CR por região, lembrando que na região Norte há três fuso-horários.  
197 Fernanda (CRP07) considera a necessidade de pactuar a circulação das informações por  
198 região. Propõe que componha o encaminhamento construir um espaço de discussão dentro  
199 das regiões que seja pelo menos semestral. Semíramis (CRP08) fala da diferença entre justiça  
200 e equidade, e requer um regimento para ordenar a questão, criando uma metodologia de  
201 repasse de informações. Cristiane (CRP22) propõe como encaminhamento um rodízio de  
202 apresentação de relatórios de GTs, um grupo apresentando em maio e outro em dezembro,  
203 ressaltando emergências. Insiste em que haja mais de um Regional por macrorregião, com o  
204 norte e o nordeste contemplados com dois regionais por GT. Diva (CRP05) sugere que se  
205 estabeleça como rotina dos GTs pequenos relatos dos GTs para APAF. Dalcira (CRP04)  
206 reafirma que o espaço de deliberação é a APAF, e que o papel do GT é trazer sugestões.  
207 Sugere a criação de ferramentas de monitoramento para os GTs, e solicita que os CRs que não  
208 estão participando sejam identificados para uma próxima APAF. Rogério Giannini (CFP)  
209 pontua que o Sistema é quem está a frente de uma dada questão, e não o GT. Fala que deve  
210 haver um objetivo pontual para o GT, e não temas amplos. Certos grandes temas, os CRs e o  
211 CFP estão à frente, e não se trata de o GT tomar atitudes no lugar daqueles. Carolina (CRP03)  
212 sustenta que é necessária a participação de mais de um CR por região no Nordeste. Leovane  
213 (CRP01) defende que quanto a políticas públicas que o Conselho acompanhe não dá pra fazer  
214 grupos de trabalho, pois é diferente formar um GT para lidar com questões internas, de um  
215 GT que precise dar conta das dinâmicas que acontecem para além do Conselho. Marisa (CFP)  
216 lê a tabela com o quantitativo de GTs que cada regional participa. Pedro Paulo (CFP) pondera  
217 que o único dissenso parece ser a participação dos CRs por macrorregião. Mariane (CRP07)  
218 sugere que haja um número mínimo e máximo de CRs por GTs. Luiz (CRP10) sugere que o  
219 mínimo seja cinco e o máximo sete, considerando a temática e a especificidade de regionais.  
220 Diego (CRP11) sugere o encaminhamento de que a quantidade base seja o mínimo de um CR  
221 por macrorregião, com possibilidade de flexibilização de até mais dois a depender do tema.  
222 Uma segunda proposta seria, em havendo vacância, que o coletivo possa definir o que fazer. E  
223 que o tempo base de funcionamento do GT seja de um ano. Em havendo necessidade de  
224 continuidade do GT, que haja rodízio de CR. E que cada CR fique com no máximo cinco a  
225 seis GTs. Jaira (CRP12) sugere o encaminhamento de que seja criada uma minuta de  
226 Resolução para próxima APAF a partir desses indicativos. Pedro Paulo (CFP) distingue duas  
227 propostas mais objetivas: uma delas seria de um CR por região até sete, com essas duas vagas  
228 extras necessariamente para Norte e Nordeste, a depender da temática. A outra com as vagas  
229 extras servindo prioritariamente para Norte e Nordeste, e não havendo interesse a vaga passa  
230 para outras regiões. Rogério Giannini (CFP) faz um apelo para que não haja exceção, e que as  
231 possíveis vagas extras sejam sempre para Norte e Nordeste, uma vez que o argumento era de  
232 que haviam especificidades para essas regiões, e de outro modo os GTs teriam sempre sete  
233 membros. A proposta vencedora é a de GTs com cinco vagas para os Regionais, podendo ser  
234 ampliadas até sete, com as duas vagas extras obrigatoriamente para Regionais do Norte e do  
235 Nordeste. O intervalo para o almoço é convocado às treze horas e dez minutos. A APAF



236 retorna quatorze horas e quarenta e oito minutos. Dalcira (CRP04), a título de informe, faz  
237 menção ao Nono Seminário Nacional de Políticas Públicas, etapa Sudeste, nos dias 07 e 08 de  
238 junho, com o tema Diálogos em rede, desafios ético-políticos da psicologia nas políticas  
239 públicas – do desmonte à resistência. **Pedro Paulo (CFP) pede que se façam as duas**  
240 **moções em pauta.** Ionara (CRP09) lê a moção de posicionamento do Sistema Conselhos  
241 sobre o incêndio ocorrido no Centro de Internação Provisória em Goiânia. Leovane (CRP01)  
242 pede que se coloque na nota a necessidade de verificação da responsabilidade do executivo no  
243 incêndio. A moção é aprovada por maioria, e Pedro Paulo (CFP) pede à assessoria de  
244 comunicação que publique no mesmo dia. Quanto à segunda moção, Luciana (CRP06)  
245 informa que no dia dezesseis de abril o MEC fez uma reunião a portas fechadas para  
246 modificar as políticas de educação especial vigentes desde 2008. Entendem que é uma  
247 proposta que traz retrocessos, e lê a moção em repúdio ao desmonte da política nacional de  
248 educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Pede que APAF aprove e subscreva a  
249 moção. Esta é aprovada, com o mesmo encaminhamento de publicação imediata. Nesse  
250 momento Félix (CRP15) aproveita a oportunidade e solicita que circule entre as/os  
251 delegadas/os a matéria do Ministério Público de Pernambuco que publica sobre a nota técnica  
252 acerca da quebra do dever de sigilo profissional de psicólogos no atendimento de crianças e  
253 adolescentes. **8. GT APAF – Evidenciar a resolução nº 018/2002 (Estabelece normas de**  
254 **atuação para os psicólogos em relação a preconceito e discriminação racial).** Os CRPs e o  
255 CFP foram representados pelos seguintes delegados nesse ponto: CRP 01: Cassia da Silva  
256 Relva, Leovane Gregório; CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, José Hermes de Azevedo Júnior,  
257 Laís de Souza Monteiro; CRP 03: Iara Maria Alves da Cruz Martins, Carolina da Purificação  
258 Fonseca, Renan Vieira de Santana Rocha; CRP 04: Dalcira Pereira Ferrão, Yghor Queiroz  
259 Gomes; CRP 05: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Mônica Valéria  
260 Affonso Sampaio; CRP 06: Regiane Aparecida Piva, Beatriz Borges Brambilla, Rodrigo  
261 Toledo; CRP 07: Mariane Teixeira Netto Rodrigues, Fernanda Facchin Fioravanzo, Manuele  
262 Montanari Araldi; CRP 09: Mayk Diego Gomes da Glória Machado, Ionara Vieira Moura  
263 Rabelo; CRP 10: Giane Silva Santos Souza, Robenilson Moura Barreto; CRP 11: Diego  
264 Mendonça Viana, Marcossuel Gomes Acióles; CRP 12: Fabricio Antonio Raupp, Jaira  
265 Terezinha da Silva Rodrigues, Marcos Henrique Antunes; CRP 13: Iany Cavalcanti da Silva  
266 Barros, Francisca Soraia Patriota Soares; CRP 14: Irma Macario, Glace do Carmo Freitas  
267 Siqueira; CRP 15: Laeuza Lúcia da Silva Farias, José Félix Vilanova Barros; CRP 16: Maria  
268 Carolina Fonseca Barbosa Roseiro, Sabrina Ribeiro Cordeiro; CRP 17: Rafael Ribeiro Filho;  
269 CRP 18: Marinês Fortes de Barros, Morgana Moreira Moura; CRP 19: Frederico Alves de  
270 Almeida; CRP 20: Gibson Alves dos Santos, Claudia Maria da Costa Lustosa; CRP 21:  
271 Elizandra Ferreira Pires de Carvalho; CRP 22: Kátia Teresinha Lopes Della Flora; CRP 23:  
272 Ricardo Furtado de Oliveira; CFP: Rogério Giannini, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,  
273 Sandra Elena Spósito. O ponto é apresentado pela conselheira federal Célia Zenaide. São  
274 dadas informações acerca do Encontro Nacional da Rede de Articulação Psicologia e Povos  
275 Tradicionais, Indígenas, Quilombolas que ocorrerá em Setembro na escola Florestan  
276 Fernandes em São Paulo, informações estas apresentadas por Mateus Castelluccio, supervisor  
277 do CREPOP. Retomada a discussão sobre o ponto, são apresentados os materiais de  
278 divulgação (cartazes) para a campanha contra o racismo, proposta formulada pelo GT.  
279 Robenilson (CRP10) pede mais explicações sobre o ponto cinco da apresentação, e  
280 orientações sobre como fazer a denúncia do racismo. Sabrina (CRP16) solicita uma maior  
281 visibilidade das ações, trabalhos e campanhas acerca da temática que os CRPs estão  
282 desenvolvendo. Dalcira (CRP04) ressalta a importância de pensar ações de mapeamento de

283 psicólogas e psicólogos negras e negros via Sistema Conselhos de Psicologia, assim como  
284 uma campanha específica sobre o racismo. Renan (CRP03) resgata duas propostas que sempre  
285 estão presentes nas discussões do Sistema e quer saber o andamento das mesmas – acerca do  
286 racismo institucional no âmbito do Sistema Conselhos de Psicologia, tanto nos fluxos de  
287 trabalho e atendimento nos CRPs, assim como nos processos éticos; e acerca do resgate do  
288 site que destaca referências bibliográficas, legislações entre outros que abordavam o tema  
289 (iniciativa que foi feita pelo CRP 03 como uma cartilha e absorvida pelo CFP na criação do  
290 site). Cássia (CRP01) ressalta a ausência da questão da saúde mental indígena nas propostas  
291 do GT. Acha importante estimular as Universidades para pesquisas nesse foco. Célia (CFP)  
292 responde que existe a proposta de articular com as COEs e COFs e não restringir as ações  
293 apenas às campanhas. Ressalta também que haverá trocas entre GTs e Comissões dos CRPs  
294 acerca das ações já desenvolvidas e sensibilizar aqueles regionais que ainda não  
295 desenvolveram ações nessa temática para que possam começar a desenvolver. O selo  
296 apresentado pelo GT é para dentro do Sistema Conselhos e ressalta que se aprovado será a  
297 primeira autarquia que menciona a temática sobre a falsa abolição. Acerca da saúde mental,  
298 menciona que essa temática deverá ser absorvida nas Referências Técnicas do CREPOP.  
299 Manuele (CRP07) pergunta quando será disponibilizado o material e como será feita a  
300 definição do selo, se no GT ou na APAF? Morgana (CRP18) questiona se foi pensado no GT  
301 alguma ação acerca do extermínio dos povos indígenas no mesmo caráter da comissão da  
302 verdade como apresentado pelo GT no caso da escravização. Rodrigo Toledo (CRP06) sugere  
303 que na pesquisa do CREPOP sobre RAPS abordar as discussões de raça e saúde mental.  
304 Ricardo (CRP23) apresenta a iniciativa dos CRPs do norte acerca da transformação de GTs  
305 em Comissões acerca do tema no âmbito desses Conselhos. Renan (CRP03) ressalta que nos  
306 trabalhos junto a COEs e COFs é importante abordar a questão da intolerância religiosa,  
307 principalmente aquelas de matriz africana. Mayk (CRP09) solicita mais detalhes acerca das  
308 ações do GT para a população cigana. Rafael (CRP17) sugere a criação de pequenos vídeos  
309 com depoimentos de psicólogas e psicólogos negros, assim como lideranças quilombolas,  
310 para serem disseminados nas redes. Diva (CRP05) sugere que nas imagens sobre os povos  
311 indígenas possam ser evidenciadas as etnias de cada pessoa retratada. Célia (CFP) responde  
312 que o objetivo é que a campanha esteja disponível ainda no mês de maio. Acerca das  
313 comissões das verdades, ela questiona como criar uma comissão da verdade sobre extermínio  
314 dos povos indígenas no âmbito do Sistema Conselhos – seria uma parceria com a Ordem dos  
315 Advogados do Brasil (OAB), a responsável pela criação dessas comissões, ou uma iniciativa  
316 do próprio Sistema de Psicologia? A campanha apresentada pelo GT é aprovada. **9. GT**  
317 **APAF – Unificado: PL Osmar Terra – internação forçada de usuários de álcool e outras**  
318 **drogas / Comunidades terapêuticas na contramão do direito à saúde e da ética**  
319 **profissional.** Os CRPs e o CFP foram representados pelos seguintes delegados nesse ponto:  
320 CRP 01: Cássia da Silva Relva, Leovane Gregório; CRP 02: Marcos Mucarbel Júnior, José  
321 Hermes de Azevedo Júnior, Laís de Souza Monteiro; CRP 03: Iara Maria Alves da Cruz  
322 Martins, Carolina da Purificação Fonseca, Renan Vieira de Santana Rocha; CRP 04: Dalcira  
323 Pereira Ferrão, Yghor Queiroz Gomes; CRP 05: Diva Lúcia Gautério Conde, Mônica Valéria  
324 Affonso Sampaio, Rosilene Souza Gomes; CRP 06: Guilherme Rodrigues Raggi Pereira,  
325 Regiane Aparecida Piva, Beatriz Borges Brambilla; CRP 07: Mariane Teixeira Netto  
326 Rodrigues, Fernanda Facchin Fioravanzo, Manuele Montanari Araldi; CRP 09: Mayk Diego  
327 Gomes da Glória Machado, Ionara Vieira Moura Rabelo; CRP 10: Giane Silva Santos Souza,  
328 Luiz Romano da Motta Araujo Neto; CRP 11: Marcossuel Gomes Acióles, João Paulo Lopes  
329 Coelho; CRP 12: Fabricio Antonio Raupp, Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Marcos

*(Handwritten signatures and initials at the top of the page)*

330 Henrique Antunes; CRP 13: Iany Cavalcanti da Silva Barros, Francisca Soraia Patriota  
331 Soares; CRP 14: Irma Macario, Glace do Carmo Freitas Siqueira; CRP 15: Laeuza Lúcia da  
332 Silva Farias, José Félix Vilanova Barros; CRP 16: Maria Carolina Fonseca Barbosa Roseiro,  
333 Sabrina Ribeiro Cordeiro; CRP 17: Rafael Ribeiro Filho; CRP 18: Sheila Carla de Queiroz  
334 Gomes, Morgana Moreira Moura; CRP 19: Vanessa Ramalho Ferreira Strauch; CRP 20:  
335 Gibson Alves dos Santos, Claudia Maria da Costa Lustosa; CRP 21: Elizandra Ferreira Pires  
336 de Carvalho; CRP 22: Cristianne Almeida Carvalho; CRP 23: Ricardo Furtado de Oliveira;  
337 CFP: Rogério Giannini, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Sandra Elena Spósito. Sandra  
338 Spósito é conselheira federal responsável pela apresentação do ponto (ponto 8.1 e 8.2 ...  
339 pauta). Sandra (CFP) informa que o encaminhamento do GT é encerrar as atividades, mas o  
340 novo cenário de mudança nas políticas de álcool e outras drogas – sobretudo mudanças na  
341 atuação das chamadas comunidades terapêuticas – traz novos elementos, como a preocupante  
342 ênfase na abstinência. Mesmo assim, a proposta final de encaminhamento se torna a revisão  
343 da referência técnica sobre o tema com a extinção do GT. Jaira (CRP12) menciona o relatório  
344 de inspeção das comunidades terapêuticas que será lançado. Ressalta a questão da normalização  
345 da vigilância sanitária que obrigaria os Conselhos a fazer registro das comunidades  
346 terapêuticas. O CRP 12 propõe que o CFP organize uma instrução normativa ou Resolução  
347 para que saia um posicionamento conjunto informando que o Sistema se responsabiliza pelo  
348 profissional de psicologia, e não pelas comunidades terapêuticas, como quer a referida  
349 normativa. Mayk (CRP09) menciona o dispositivo das clínicas terapêuticas involuntárias, que  
350 inclusive utilizam o profissional de psicologia como propaganda, e pede que isso também seja  
351 discutido no Sistema Conselhos. O CRP 09 faz a proposta de manutenção do GT para  
352 construir essa nota técnica. Diva (CRP05) pede que a assessoria jurídica oriente sobre a  
353 capacidade legal de a autarquia negar esse cadastro jurídico, em que pese ser claro que a  
354 posição é ser contra esse tipo de dispositivo. Beatriz (CRP06) critica a política higienista e  
355 manicomial do atual governo. Morgana (CRP18) acrescenta que no Mato Grosso o CRP já  
356 não faz o cadastro das comunidades terapêuticas, baseando o posicionamento legal no próprio  
357 código de ética do psicólogo. Regiane (CRP06) cita os vários nomes desses dispositivos de  
358 internação compulsória, e que a Resolução consiga abarcar essas diferentes nomenclaturas.  
359 Sandra Spósito (CFP) afirma que a proposta do GT já não se encaixa mais na nova realidade,  
360 e que pode ser constituído novo GT com outra perspectiva. Mas já há uma ação do CREPOP  
361 que vai reposicionar a psicologia do ponto de vista ético e político, bem como o relatório de  
362 inspeção, e acredita que o indicativo de um GT é muito pouco para fazer frente ao tema.  
363 Rafael Bonassa, (CFP - Assessoria Jurídica), afirma que quem estabelece os critérios do que é  
364 um serviço relacionado à psicologia, dentro de um padrão técnico, é o Sistema Conselhos de  
365 Psicologia. Renan (CRP03), que fazia parte do GT, recebeu com estranheza a proposta de  
366 extinção do GT, pois afirma que isso não foi definido no GT. Coloca que a proposta seria  
367 alterar o nome do GT e redefinir o foco, e adere à proposta do CRP 09. Marcos (CRP12)  
368 menciona edital do ministério da saúde no valor de oitenta e sete milhões de reais (R\$  
369 87.000.000,00) para financiar as comunidades terapêuticas, e conclama o Sistema Conselhos a  
370 se posicionar. Sugere, para encaminhamento, que o CFP assuma a pauta e dê andamento o  
371 mais rapidamente. Laeuza (CRP15) aponta o enorme retrocesso das políticas públicas de  
372 saúde mental, e pede que o Sistema Conselhos se posicione a favor do Sistema Único de  
373 Saúde (SUS). Diva (CRP05) cita uma frente parlamentar que foi pactuada no Rio de Janeiro  
374 contra o retrocesso no SUS. Elizandra (CRP21) informa que, em se mantendo o GT, o CRP  
375 21 tem grande interesse em participar. Morgana (CRP18) faz apelo por um posicionamento  
376 unificado do Sistema, pensando especialmente em como colocar isso para os gestores locais

*(Handwritten signatures and initials at the bottom of the page)*



*Maurício*

377 dos Regionais. Mayk (CRP09) fala que seu primeiro local de trabalho foi uma clínica de  
378 contenção, e afirma estar decepcionado com a APAF diante da denúncia de um membro do  
379 GT que a proposta de extinção do GT não veio do próprio GT. Aponta que há um movimento  
380 de extinção dos GTs para que os Regionais que estão na oposição saiam dos GTs constituídos,  
381 e é preciso olhar para os psicólogos que estão na ponta e não apenas ficar em torno da política  
382 do Conselho. Renan (CRP03) acrescenta que o debate que foi feito no GT não apareceu na  
383 APAF, e que a tendência é constituir grupos de trabalho para pensar temas relevantes, mas  
384 que no último minuto muda-se a política para desconstituir um GT. Sandra Spósito (CFP) diz  
385 que está representando o que foi passado a ela, já que ela não faz parte do GT. Mas aponta  
386 que, se há divergências políticas, existem também pautas que unificam o Sistema Conselhos,  
387 como essa presente questão. Com relação ao que fazer, propõe uma Resolução para afirmar  
388 que a comunidade terapêutica enquanto Pessoas Jurídicas da psicologia deverá ter uma série  
389 de critérios, sendo severo com a violação de direitos humanos. Pedro Paulo questiona à  
390 Assembleia se há consenso pela proposta dois, de manter o GT e mudar o nome. Jaira  
391 (CRP12) coloca que a proposta três, em que o CFP toque essa pauta, considerava a urgência,  
392 mas diante da necessidade de uma Resolução, retira a proposta. O CFP também retira a  
393 proposta um, de extinguir o GT. Pormenorizando mais a proposta, torna-se manter o GT, mas  
394 reformulando a composição. Diva (CRP05) propõe que continue o atual grupo já articulado,  
395 com a saída do CRP 16 que solicitou o desligamento, pois a Conselheira que tocava o tema  
396 não está mais no Plenário. Após votação, prevalece a continuidade do GT com a atual  
397 composição, com a tarefa de fazer a Resolução. A proposta é aprovada. Luiz (CRP10) anuncia  
398 que o GT de psicologia e sistema prisional lançará um questionário, para que todos  
399 divulguem. Sandra (CFP) pergunta se mantém a APAF de três dias, ao que todos concordam.  
400 Às dezessete horas e trinta e quatro minutos a APAF é encerrada, dada a diminuição  
401 substantiva do quórum. Esta ata foi revisada por Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,  
402 Conselheiro Secretário do CFP. Nada mais havendo a tratar, a referida ata foi lida e assinada  
403 por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

404

*[Handwritten signatures and initials]*

*Salvador*  
*Mayk*  
*Renan*  
*Sandra Spósito*  
*Pedro Paulo*  
*Jaira*  
*Diva*  
*Luiz*  
*Sandra*  
*Andrezza*  
*João*  
*Roberto*  
*Antonio*  
*Marcelo*  
*Guilherme*  
*Marcelo*  
*Guilherme*